

Entidades	Montante (euros)
Federação Portuguesa Bridge	18 833
Federação Portuguesa Canoagem	197 752
Federação Portuguesa Columbofilia	28 296
Federação Portuguesa Corfebol	32 630
Federação Portuguesa Dança Desportiva	35 643
Federação Portuguesa Desporto Deficientes	426 693
Federação Portuguesa Esqui	36 040
Federação Portuguesa Futebol	2 383 236
Federação Portuguesa Golfe	235 607
Federação Portuguesa Hóquei	172 574
Federação Portuguesa Jet Ski	84 049
Federação Portuguesa Judo	877 655
Federação Portuguesa Kickboxing	42 848
Federação Portuguesa Lutas Amadoras	190 580
Federação Portuguesa Minigolfe	17 816
Federação Portuguesa Motonáutica	54 355
Federação Portuguesa Natação	1 152 752
Federação Portuguesa Orientação	62 500
Federação Portuguesa Paraquedismo	35 970
Federação Portuguesa Patinagem	781 772
Federação Portuguesa Pentatlo Moderno	42 273
Federação Portuguesa Pesca Desp Alto Mar	20 500
Federação Portuguesa Pesca Desportiva	44 330
Federação Portuguesa Remo	309 060
Federação Portuguesa Rugby	496 060
Federação Portuguesa Surf	159 291
Federação Portuguesa Taekwon-Do	54 200
Federação Portuguesa Ténis	421 010
Federação Portuguesa Ténis Mesa	253 387
Federação Portuguesa Tiro	83 880
Federação Portuguesa Tiro Armas Caça	129 535
Federação Portuguesa Tiro c/Arco	74 717
Federação Portuguesa Trampolins Desportos Acrobáticos	373 864
Federação Portuguesa Vela	651 182
Federação Portuguesa Voleibol	1 418 698
Federação Portuguesa Voo Livre	54 961
Federação Portuguesa Xadrez	92 737
Federação Triatlo Portugal	424 685
Fundação Divulgação Tecnologias Informação	16 580
Grupo Desportivo Sesimbra	31 767
Liga Portuguesa Desporto Surdos LPDS	17 552

Lisboa, 30 de Setembro de 2009. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

202700623

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Despacho n.º 27478/2009

De acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea *h*), do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Local e Regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, 31 de Dezembro, com a mudança de Governo cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes e, desde logo, dos cargos de direcção superior de 1.º grau dos diversos serviços e organismos integrantes do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, com as excepções previstas nos n.ºs 3 e 4 do referido artigo.

Não obstante, e tendo em conta o estatuído no n.º 2 do artigo 24.º do supra referido diploma legal, a renovação daquelas comissões de serviço pode ter lugar por confirmação do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias após a respectiva posse.

Pelo presente despacho procede-se, pois, à renovação, por confirmação, das comissões de serviço dos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que se encontravam em curso à data do início do mandato do XVIII Governo Constitucional e que se pretende que continuem a exercer as suas funções até ao termo do respectivo triénio.

Assim:

Ao abrigo e nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 19.º, na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º e no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — São renovadas, por confirmação, até ao termo do respectivo triénio, as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território:

Licenciada Maria Manuela dos Santos Proença no cargo de directora-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, nomeada através do despacho n.º 27117/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 28 de Novembro de 2007;

Prof. Doutor António Nunes Fernandes Gonçalves Henriques no cargo de director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente, nomeado através do despacho n.º 11161/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de Junho de 2007;

Arquitecto Vítor Manuel Marques Campos no cargo de director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, cuja comissão de serviço foi renovada através do despacho n.º 9707/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 8 de Abril de 2009;

Licenciado Orlando José Manuel de Castro e Borges no cargo de presidente do Instituto da Água, I. P., cuja comissão de serviço foi renovada através do despacho n.º 12445/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 26 de Maio de 2009;

Licenciado Tito Joaquim da Silva Rosa, no cargo de presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nomeado através do despacho n.º 10575/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 10 de Abril de 2008;

Prof. Doutor António José Guerreiro de Brito no cargo de presidente da Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P., nomeado através do despacho n.º 25248/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 10 de Outubro de 2008;

Prof.ª Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva, no cargo de presidente da Administração de Região Hidrográfica do Centro, I. P., nomeada através do despacho n.º 25248/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 10 de Outubro de 2008;

Mestre Manuel Augusto Ruano Lacerda no cargo de presidente da Administração de Região Hidrográfica do Tejo, I. P., nomeado através do despacho n.º 25248/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 10 de Outubro de 2008;

Mestre Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva no cargo de presidente da Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., nomeada através do despacho n.º 25248/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 10 de Outubro de 2008;

Licenciada Valentina Filipe Coelho Calixto no cargo de presidente da Administração de Região Hidrográfica do Algarve, I. P., nomeada através do despacho n.º 25248/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 10 de Outubro de 2008.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 30 de Outubro de 2009.

9 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro*.

202700315

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 27479/2009

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 artigo 25.º do estatuto de pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com a cessação de funções do XVII Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção superior do Instituto de Informática.

Mantendo-se os pressupostos subjacentes ao despacho n.º 15390/2007, de 22 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de Julho de 2007, que procedeu à nomeação da licenciada Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira para o cargo de subdirectora-geral, cargo de direcção superior de 2.º grau, justifica-se a confirmação da

sua manutenção no referido cargo até ao cumprimento do triénio que se encontrava a decorrer à data da mencionada mudança de Governo.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 21.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 83/2007, de 29 de Março, confirma-se a renovação da comissão de serviço de Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira no cargo de subdirectora-geral do Instituto de Informática, cargo de direcção superior de 2.º grau, até ao termo do triénio iniciado com a nomeação efectuada pelo despacho n.º 15390/2007, de 22 de Junho.

10 de Dezembro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

202699475

Despacho n.º 27480/2009

Nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com a cessação de funções do XVII Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção superior do Instituto de Informática.

Mantendo-se os pressupostos subjacentes ao despacho n.º 3966/2008, de 15 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Fevereiro de 2008, que procedeu à nomeação do licenciado Rui Duarte Dias de Aguiar Tavares Bastos para o cargo de subdirector-geral, cargo de direcção superior de 2.º grau, justifica-se a confirmação da sua manutenção no referido cargo até ao cumprimento do triénio que se encontrava a decorrer à data da mencionada mudança de Governo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 21.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 83/2007, de 29 de Março, confirma-se a renovação da comissão de serviço de Rui Duarte Dias de Aguiar Tavares Bastos no cargo de subdirector-geral do Instituto de Informática, cargo de direcção superior de 2.º grau, até ao termo do triénio iniciado com a nomeação efectuada pelo despacho n.º 3966/2008, de 15 de Janeiro.

10 de Dezembro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

202699734

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 23085/2009

Por despacho de 23 de Setembro de 2008 do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Director da Direcção de Serviços de Investigação da Fraude e de Acções Especiais, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, do Dr. Carlos Alberto Silva Tavares — inspector tributário assessor principal.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em 10 de Dezembro de 2009. — O Director de Serviços, *(Laudelino Pinheiro)*.

202697766

Louvor (extracto) n.º 1590/2009

No passado dia 10 de Novembro de 2009, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, assinalou-se, formalmente, o início das Comemorações do 160.º Aniversário da DGCI, organização pilar do Estado e de referência como modelo de modernidade, eficiência e de qualidade para a Administração Pública, como expressamente foi publicamente referenciada pelo Primeiro Ministro, que se dignou presidir ao encerramento do evento.

Sendo sentimento generalizado de que as Comemorações dos 160 Anos da DGCI decorreram num ambiente cordial, de comedida exaltação e orgulho, e que foram condignas com a História passada e presente da DGCI, considero meu dever louvar os funcionários da Comissão responsável pela organização do evento “Comemoração dos 160 Anos da DGCI”, responsáveis pelo programa e demais iniciativas agregadas às Comemorações, já em curso e a decorrer durante um ano,

bem como aos funcionários que integraram a Equipa dos “designers” e a Equipa de Audiovisuais que trabalharam directamente com a referida Comissão, salientando as capacidades artísticas e de trabalho abnegado de que, mais uma vez, deram provas.

Nestes termos, apraz-me dar público reconhecimento aos funcionários abaixo enunciados pelo elevado sentido de responsabilidade, pela dedicação e disponibilidade demonstradas nesta missão, considerando que o serviço prestado se reflectiu positivamente na imagem de eficácia e modernidade que é timbre da DGCI, pelo que

Louvo:

Dr. José Hermínio Paulo Rato Rainha;
Dr. Mário Alberto Baptista Alves Alexandre;
Dr.ª Leonor Carvalho Duarte;
Dr. João Paulo Viana Paiva Boléo;
Dr. Luís Augusto Pacheco de Oliveira Maia;
Dr.ª Olga Maria Gomes Pereira;
Dr.ª Maria Luísa Abreu Costa;
Dr.ª Patrícia Cristina Flamínio Feliciano Falcão de Carvalho;
Dr. João Paulo Pinto das Neves Carneiro;
José Maria Fernandes;
João Venâncio Correia;
José João Serrano Lemos;
João Teixeira de Jesus.

19 de Novembro de 2009. — O Director-Geral dos Impostos, *José António de Azevedo Pereira*.

202697725

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Portaria n.º 1308/2009

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25JUN, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30AGO e pelo Decreto-Lei n.º 166/05, de 23SET, tendo em consideração as disposições transitórias previstas no Artigo 3.º do último diploma e a norma interpretativa estabelecida no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 239/06, de 22DEZ:

Quadro de Oficiais TODCI

COR TODCI RES-QPfe 002740-F Fernando Martins Seixas — MOB

Conta esta situação desde 08DEZ2009.

Transita para o ARQC desde a mesma data.

Ministério da Defesa Nacional, 8 de Dezembro de 2009. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Valdemar Oliveira Cabral*, MGEN/PILAV.

202698721

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 27481/2009

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), nomeio, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, para exercer as funções de director nacional de Planeamento de Emergência, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, o engenheiro José António